

DYONELIO MACHADO E RAUL PILLA: Do discurso parlamentar à (auto)biografiaⁱ

Prof. Dr. Mauro Gaglietti - UPF

Os pronunciamentos feitos pelos deputados Dyonelio Machado (PCB) e Raul Pilla (PL), respectivamente, na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1947, e na Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, consistem no objeto de estudo desta comunicação. O exame dos referidos discursos é efetuado à luz dos traços biográficos dos dois parlamentares e, também, de elementos contidos em seus textos autobiográficos. Busca-se verificar se, para além das várias semelhanças existentes nas trajetórias de ambos – e a par das inúmeras peculiaridades que caracterizam as idéias e as formas de ação desses indivíduos -, é possível apontar pontos de contato entre as cosmovisões que estruturam o pensamento político de tais parlamentares. A investigação se insere na linha de pesquisa da história das idéias e é desenvolvida, sobretudo, mediante a análise de conteúdo de fontes documentais.

Dyonelio Machado e Raul Pilla destacaram, em sua época, o problema central da tradição liberal, a saber: a necessidade de *controlar* o poder e impedir que seu exercício se faça de forma tirânica ou despótica (antidemocrática ou autoritária, no vocabulário contemporâneo). Porém, a democracia como questão fundamental da política envolve o problema da criação e preservação da *autoridade* democrática, e os dois parlamentares reconheceram a necessidade da existência do poder, tanto para evitar o estado de beligerância generalizada, entrevisto por Hobbes, quanto para coordenar a organização ou as ações voltadas à realização de fins coletivos. Na compreensão dos dois líderes, era o poder que propiciava a expansão da esfera política, nos termos de Aristóteles, ou a ampliação da esfera da liberdade e da igualdade, do acesso à fala, à ação e à história, segundo a releitura desse filósofo feita por Hannah Arendt, ou, ainda, a elevação do grau de *participação*, na linguagem convencional da política contemporânea.

Assim, para Dyonelio Machado e Raul Pilla, instituir mecanismos de tomada de decisão no âmbito do parlamento representava um desafio e um problema, pois era preciso garantir que esses mecanismos operassem de forma eficaz no sentido de conduzir aos fins de qualquer natureza almejados pela sociedade e, ao mesmo tempo, impedir que tais dispositivos resultassem na sujeição de alguns seres humanos a outros. A atuação dos dois deputados nas Assembléias Constituintes, na medida em que se orientou para a concretização da democracia, incorporou um valor moderno. Ambos explicitaram a concepção racionalista que possuíam da democracia, ao participarem do parlamento com o propósito de estabelecer a ordem jurídica do Estado por intermédio de um sistema de normas gerais. De acordo com o pensamento desses constituintes, nas esferas de poder, a obrigação, ou prerrogativa, de instauração do “bem público” competia ao governante e, sobretudo, ao parlamento, os quais - movidos pelo princípio da racionalidade - deveriam assumir a função de esclarecer a população e zelar pela educação cívica dos cidadãos, “origem de toda moral social”, fortalecendo o Estado em detrimento dos interesses individuais.

A adesão à “religião do progresso”, por parte de Dyonelio Machado e Raul Pilla, levou-os a crer na democracia como quem possuísse uma fé inabalável em alguma doutrina religiosa. Em decorrência, eles acreditavam ser possível “converter” seus pares – por meio da argumentação assentada em parâmetros científicos e na “prova” de cunho histórico –, conquistando, assim, novos adeptos para suas causas. Ambos imaginavam que, diante do raciocínio lógico, exposto por meio dos mais variados recursos da retórica, e perante o “exemplo” que eles próprios encarnavam – em virtude da vasta experiência que haviam acumulado em diversas áreas da vida pública, bem como da erudição que demonstravam em todas as situações –, não haveria quem não se curvasse à força das palavras que proferiam. Os dois deputados colocavam-se, portanto, na condição de oradores que, na tribuna, “pregavam” em nome do primado da razão. As transformações sociais que planejavam desencadear, diretamente, por intermédio de sua intervenção no parlamento e,

indiretamente, por meio da repercussão de suas idéias e ações, visavam atingir um contingente bem maior do que aquele formado pelos constituintes reunidos em Assembléia, o qual, na sua opinião, carecia de educação cívica e esperava ser conscientizado.

Para Dyonelio Machado e Raul Pilla, havia uma relação de equivalência entre liberdade política e democracia, e entre esta e o parlamentarismo. Em síntese, o parlamentarismo é a formação da vontade diretiva do Estado por intermédio de um órgão colegiado eleito pelo povo, com base no sufrágio universal e igualitário, vale dizer democrático, segundo o princípio da maioria. Convém salientar, todavia, que o princípio do parlamentarismo assimila a idéia de liberdade, combinando-a com um elemento que obsta a sua força original. Tal elemento é a formação indireta da vontade do Estado, pois esta, no parlamentarismo – tal como no presidencialismo –, não é mais obra direta do povo, e, sim, de um parlamento eleito pelo voto popular.

Nesse ponto, a idéia de liberdade como poder de autogovernar-se e de decidir por si concilia-se com a necessidade inelutável de uma divisão do trabalho, causa de diferenciação e condicionante de qualquer progresso técnico-social. Assim, essa tendência contraria a concepção original de liberdade, de acordo com a qual a vontade única do Estado, em todas as suas diversas manifestações, seria constituída por uma única e mesma assembléia de todos os cidadãos que tivessem direito ao voto.

Mesmo tendo consciência de que a democracia representativa, desse ponto de vista, era uma “ficção” e de que, a rigor, os eleitos - independentemente de sua própria intenção de fazê-lo - não seriam capazes de representar a opinião do conjunto de eleitores que os haviam escolhido, Dyonelio Machado e Raul Pilla não deixaram de sugerir que, no sistema de governo parlamentar, e somente neste, poderiam vigorar, integralmente, os princípios da democracia e da liberdade. De certa forma, os dois deputados, situados no contexto da modernidade, sentiam-se protagonistas do processo de secularizaçãoⁱⁱ e transferiam para a esfera dos fenômenos sociais, mais precisamente para o terreno da política, o mesmo otimismo com que lidavam com a ciência. Assumiam, assim, o postulado de que o devir é

ditado pela ação demiúrgica da humanidade, em particular por essa parcela da humanidade que detém, simultaneamente, o conhecimento científico e a possibilidade de mudar os rumos da nação, valendo-se de dispositivos legais – os parlamentares ou, pelo menos, alguns deles.

Ainda que, no caso de Dyonelio Machado e de Raul Pilla, a atuação política, exercida inclusive por meio do jornalismo político, tenha sido anterior a seu envolvimento com a medicina e possa haver influenciado, para além dos motivos pessoais, na escolha da sua própria profissão e na forma de desempenhá-la – que poderia tornar-se uma via de acesso ao “bem público” -, não há como negar que, nessa relação, ocorreu um movimento de retorno e, portanto, uma ação recíproca. Cabe chamar a atenção para o fato de que Raul Pilla considerava a política e, sobretudo, a atividade parlamentar uma “extensão” da medicina, concepção esta que fica expressa no nome – “Microscópio” - que atribuiu à coluna de sua autoria, dedicada a assuntos da conjuntura política e publicada em diversos jornais do País. Como indica o próprio título, olhando através da lente de um microscópio, isto é, recorrendo à mediação que lhe era oferecida por um instrumental específico, o conhecimento científico, ele se julgava apto a analisar os fenômenos da vida social e política que não poderiam ser vistos a olho nu.

O conhecimento científico foi a mesma lente de aumento de que Dyonelio Machado lançou mão no parlamento. Embora não tenha declarado, como o fez Raul Pilla, que a política era, para si, uma extensão do ofício de médico, ele agia, na tribuna, da mesma maneira que o líder libertador: fazia um diagnóstico da situação do País, detectava as causas dos males sociais, prescrevia as “fórmulas” que poderiam levar à cura e apontava para as providências a serem tomadas no sentido de prevenir e evitar novos prejuízos à democracia e à vida da população. Percebe-se, ainda, que o deputado comunista jamais deixava de opinar sempre que o tema em pauta era ligado à saúde, sendo chamado de “Doutor” pelos seus colegas e pelos líderes sindicais que a ele se dirigiam.

Deriva, também, do entrecruzamento das múltiplas facetas que caracterizavam os dois constituintes – e que lhes serviam como argumento de autoridade - o fato de a sua atuação política ter-se aliado à preocupação demonstrada por ambos no que se refere às questões da saúde pública no País. Além disso, os próprios conceitos de “bem público” e de estruturação racional da sociedade, bem como o projeto de futuro, que orientavam sua ação política, condicionaram da mesma forma a visão que possuíam da medicina. Se, de acordo com o pensamento dos dois deputados, nas esferas de poder, a instauração do “bem público” cabia aos governantes e legisladores, nos assuntos relacionados à saúde, esse dever – ou oportunidade - era facultado ao médico.

Embora Raul Pilla fosse um reconhecido líder dos libertadores e Dyonelio Machado um comunista, observa-se que eles agiam inspirados nos princípios positivistas no que se refere à saúde pública. De acordo com tais dispositivos, os indivíduos deveriam ser moralizados por meio da tutela do Estado. O elemento considerado prioritário para viabilizar o atendimento dos interesses da população era uma reorganização da sociedade que levasse em conta a dimensão espiritual das necessidades humanas, uma vez que esse reordenamento dependia da alteração dos costumes e opiniões. Assim, competia ao governo incentivar a educação, a fim de oportunizar que os indivíduos se esclarecessem acerca dos fundamentos da estruturação racional da sociedade e se submetessem aos preceitos *científicos* que os dirigentes apregoavamⁱⁱⁱ. Nessa perspectiva, a arte de curar exigia a mais completa liberdade.

Além disso, de acordo com esses princípios, todo médico “digno” devia esforçar-se para conquistar a confiança dos doentes, pela autoridade de sua palavra, pela sua conduta e pelo seu devotamento, pois, dessa forma, ele obteria a credibilidade da população em geral, propiciando que a ciência penetrasse no espírito dos leigos. Era a “virtude” do médico - entendida como a absoluta pureza de intenções, cuja expressão mais evidente consistia na ausência de interesse material - que os tornava capazes de perceber, cientificamente, o

sentido da racionalidade social, só revelado “perante as mentes livres dos prejuízos teológicos e metafísicos”.

Dyonelio Machado e Raul Pilla, além de concederem especial atenção à saúde pública e à medicina preventiva, preocupavam-se com o conforto que poderia ser propiciado ao paciente por parte do médico e valorizavam neste a virtude, procurando corresponder, na prática, ao sentido que eles próprios atribuíam ao ofício que haviam escolhido. O bem-estar físico e psíquico da população era, para eles, sinônimo de progresso do País e, por isso, incluía-se no seu projeto de futuro. Assim, inúmeras foram as “lições” que ministraram sobre temas vinculados à saúde, o deputado comunista por meio da tribuna e o deputado libertador, sobretudo pelos textos que publicou em seu livro autobiográfico, muitos dos quais tiveram origem em discursos que proferira para a comunidade acadêmica

Os dois parlamentares vincularam-se ao estudo e ao exercício da medicina justamente na época em que o PRR estava à frente do governo estadual. Contudo, como antes se afirmou, sua ligação com a política era anterior a esse período. Dyonelio Machado, já na década de 1920 - antes de seu ingresso, como aluno, na Faculdade Medicina -, estava filiado ao próprio PRR, passando mais tarde, em 1935, a aderir ao marxismo, cujas concepções ele defenderia, de forma contundente, no parlamento. Do mesmo modo, Raul Pilla já comungava do ideário liberal no final da primeira década do século XX, antes de tornar-se estudante de medicina. Assim, tendo-se em vista o contexto em que se deu a formação política e acadêmica desses constituintes, fica difícil especificar se a sua visão de medicina – e também a sua forma de pensar a política - havia sido condicionada, predominantemente, pelos princípios positivistas que orientavam o governo, e, conseqüentemente, as políticas de saúde no início do século XX, ou se havia se pautado pelas idéias propugnadas pelo marxismo, no caso de Dyonelio Machado, e pelo liberalismo, no caso de Raul Pilla.

Há, entretanto, a possibilidade de se considerar uma terceira alternativa: a de que os dois parlamentares tenham elaborado, cada um a sua maneira, uma formulação – ou

tradução - pessoal das distintas tendências filosóficas em questão. Essa terceira alternativa é plausível, se for levado em conta o eixo comum que perpassa todas essas correntes de pensamento. O fato é que o positivismo, o marxismo e o liberalismo compartilham uma noção finalista de história, admitindo a existência de uma estrutura serial de eventos dentro de um processo teleológico. A hipótese de que as fases não só se encadeiam, mas se ultrapassam, permanecia como um cânone na década de 1940 - em que se desenvolveu a atuação parlamentar de Dyonelio Machado e de Raul Pilla -, embora o referido modelo esteja radicado em certezas maiores e anteriores ao século XX: a idéia de progresso, vinda do Iluminismo, e a idéia de evolução, postulada no século XIX.

É preciso, no entanto, destacar que, embora essas duas personalidades, na condição de políticos, médicos e intelectuais, tivessem em mente a noção de devir, associada à idéia de aperfeiçoamento social e material, ambos conjugavam a modernidade à tradição. Foi no passado que eles se inspiraram para buscar algumas formações políticas e determinados mecanismos que poderiam garantir, em sua época, a ampliação da democracia e a instauração do “bem público”. As tradições são reatualizadas e inseridas por ambos num novo contexto. Além disso, seus projetos políticos – que, à primeira vista, pareciam derivar de uma negatividade substantiva -, em vez de reconhecer o “atraso” do Brasil, comparando-o às demais nações, e de apregoar que essa situação só poderia ser superada pelo ingresso do País no “processo civilizatório”, impulsionavam à construção de uma condição futura que viesse a dar visibilidade aos caracteres híbridos e peculiares de que o território nacional era composto.

Os textos autobiográficos dos dois parlamentares – e, no caso do deputado comunista, também alguns pronunciamentos que fez na tribuna – mostram que eles se consideraram cumpridores da missão que haviam conferido a si mesmos no passado. O que parece haver provocado em ambos uma sensação de estranhamento foi o fato de, tendo eles, nos vários âmbitos de sua vida, agido com “virtude” e em nome da coletividade, esse atributo que distinguia suas personalidades não ter obtido o reconhecimento por parte da

sociedade, pelo menos no grau em que desejariam. Certamente, em parte, advinha daí o ressentimento desses dois deputados, que lutaram para garantir aos demais o acesso à liberdade e à democracia, mas não viram uma reação mais forte daqueles que julgavam representar, quando eles próprios foram vitimados pelo autoritarismo. Dyonelio, que estabelecia um sinal de igualdade entre si e o Partido Comunista, e entre este e o povo, manifestou sua frustração diante da passividade da população quando a agremiação foi posta na ilegalidade (1947) e ele mesmo teve seu mandato cassado. Raul Pilla, por sua vez, ainda que tenha agradecido o apoio que recebeu da comunidade acadêmica no momento em que foi enviado para o exílio e afastado da Faculdade de Medicina (1932), precisou reafirmar em público – e depois registrar no livro que organizou com os textos de sua própria autoria – que a afronta da qual fora alvo atingira, na verdade, a instituição que representava.

A opção, feita por ambos, de falar do ressentimento que os atormentava foi, ao mesmo tempo, a expressão de um desejo de permanência. De certo modo, na visão dos dois protagonistas, a missão que cumpriram, uma vez inscrita em livro – e não apenas nos anais da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa -, continuaria em busca de reconhecimento, oferecendo uma “lição” de cidadania às gerações futuras. Dyonelio Machado e Raul Pilla, ao legarem à posteridade o exemplo de suas próprias personalidades, talvez desejassem prolongar a tarefa de educar, que haviam tomado para si. Erigir um “monumento” ao vivido por meio da memória e da palavra impressa – essa seria, então, a forma imaginada pelos dois para buscar a própria “cura”, dando vazão ao ressentimento que os afligia, e de tentar libertar-se de um novo exílio que o futuro poderia vir a impor-lhes – o esquecimento.

ⁱ Para uma visão mais abrangente do tema, sugere-se a leitura de: GAGLIETTI, Mauro. *Os discursos de Dyonelio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces* (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2005.

ⁱⁱ Cf. CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: uma perspectiva histórica e conceptual. *Revista História das Idéias*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.25, 2004, p. 2-29.

ⁱⁱⁱ Há uma preocupação de Júlio de Castilhos com o estabelecimento de um ponto de vista religioso na sociedade, respeitando-se as crenças individuais, e, acima de tudo, com a desorganização do corpo social, caso não houvesse uma crença religiosa que norteasse os caminhos. Cf. WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes da cura. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria (RS): UFSM; Bauru (SP): EDUSC, 1999, p.43.